

## CARTA DE SANTA MARIA

*ANDES-SN: Sindicato de luta, ampliando a organização da categoria e a unidade classista dos trabalhadores.* Sob a égide desse tema, realizou-se o 58º CONAD do ANDES SINDICATO NACIONAL, de 18 a 21 de julho de 2013, com a presença de quarenta e nove delegados e setenta e sete observadores de cinquenta e três seções sindicais, e dois convidados e trinta e quatro diretores, na Cidade Santa Maria da Boca do Monte - RS, terra dos Guaranis e dos Kaingangs, terra generosa de grandes contingentes de imigrantes, terra de fortes tradições e de lutas do povo gaúcho, plantada no coração do Rio Grande do Sul.

O 58º CONAD, na atualização do Plano de Lutas do Sindicato deliberado pelo 32º Congresso do ANDES-SN, constatou o acerto de nossas análises que apontavam a intensificação da sociabilidade do capital sobre a vida de cada trabalhador, o recrudescimento do pensamento conservador, o crescimento do individualismo, a intensificação da onda neoliberal, a privatização das políticas públicas e os reducionismos que lhe são impostos por meio de programas de alívio à pobreza, a partir de políticas compensatórias orientadas pelo mercado.

A esses elementos já presentes em nossas análises somaram-se as fortes movimentações da sociedade brasileira, tendo à frente principalmente os jovens, cobrando os direitos à educação, saúde, segurança e direito de ir e vir, exigências decorrentes da crise econômica internacional aguda, cujos efeitos agora alcançam o Brasil e que os governos sucessivos, há tempos, não têm dado resposta justamente por sua opção pelos ricos, dominantes e controladores – os donos do capital.

Na perspectiva de fazer o Sindicato avançar entre os professores e ampliar a articulação de classe com todos os trabalhadores, bem como estabelecer um diálogo com todos os brasileiros, a demonstrar que a luta dos professores, a educação pública e gratuita, a saúde, a aposentadoria, entre outros, são partes integrantes da luta do Sindicato, pelas quais foi criado e subsiste com a classe trabalhadora, os docentes presentes no 58º CONAD, de forma democrática e concisa, aprofundaram a discussão e tomaram as deliberações que se seguem.

- Em relação a sua organização e fortalecimento interno, foi deliberado que o ANDES-SN apoie setores que estejam construindo seu trabalho de base a partir dos princípios do ANDES-SN, sua proposta de carreira e de universidade em instituições que não tenham organização; que se promova um processo preparatório do VII Encontro Intersetorial, envolvendo as seções sindicais sobre os desafios políticos-organizativos do ANDES-SN; que se faça um levantamento sobre as práticas organizativas e políticas das seções sindicais incluindo as que atuam em instituições multicampi, assim como sobre as dificuldades de estruturação de seções sindicais pequenas e, ainda, as disputas com organizações que dividem o Movimento Docente.
- Buscando o fortalecimento do Sindicato, o seu revigoramento junto às bases e para o enfrentamento da difícil conjuntura, o 58º CONAD aprovou o apoio político e material à continuação da construção do Sindicato na base. A consolidação do Sindicato será tanto maior quanto mais realizarmos a multiplicação de nossas iniciativas em todas as instituições de ensino superior do Brasil, dialogando e fortalecendo um projeto que é a resposta dos trabalhadores brasileiros para a educação nacional.
- Sobre a questão estratégica da Ciência e Tecnologia, foi decidido que as seções sindicais acompanhem e relatem a celebração de possíveis convênios entre as

IFE e a ação piloto da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial II – EmbrapII, visando fortalecer a luta contra a privatização das instituições públicas e a submissão das pesquisas e da ciência aos interesses mercadológicos. Nessa mesma direção, foi encaminhado que os Grupos de Trabalho de Ciência e Tecnologia e de Política Agrária, Urbana e Ambiente devem continuar atuando em conjunto, em pontos comuns, sempre que necessário, tendo em vista que os problemas do campo, da cidade e da pesquisa apresentam um natural e indissociável encadeamento.

- A Proposta de Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica – Lei da Mídia Democrática - mereceu o apoio do 58º CONAD, assim como a divulgação da campanha de coleta de assinaturas para encaminhamento dessa proposta, que é fundamental para o estabelecimento de uma mídia democrática, a serviço da população e sob o controle social.
- Neste momento em que o governo continua a manter a educação superior pública sob ataque cerrado, o 58º CONAD aprovou a intensificação do processo de denúncia do PNE como proposta de governo contrária aos interesses da sociedade, por entender que amplia os interesses privatistas mercantilistas. Ao mesmo tempo, reafirmou a necessidade de ampliação da luta para que o financiamento público seja exclusivo para a educação pública, com recursos orçamentários crescentes de origem perene e adequados à execução de ações planejadas e à valorização dos trabalhadores da educação. Mantém-se inarredável o princípio dos 10% do PIB para a Educação Pública, Já! Exigência do PNE da Sociedade Brasileira.
- A questão da saúde, com ênfase especial nos hospitais universitários, foi salientada nesse momento em que o governo federal amplia o cerco em relação à autonomia universitária, fracionando a relação dos hospitais com a universidade a que pertencem. O 58º CONAD considera como uma das questões centrais para a defesa da universidade pública e do Sistema Único de Saúde a luta contra a criação da EBSEH. Para tanto, deverão ser promovidas ações jurídicas, se necessário, para defender as universidades que não aderirem a essa empresa; deve ser intensificada a presença do ANDES-SN nas IFES nas lutas de enfrentamento contra a EBSEH, inclusive nas reuniões de Conselhos Superiores; deve ser intensificada a participação do ANDES-SN nas Frentes em defesa da saúde pública nos Estados, bem como preparado e divulgado o material informativo que esclareça a respeito; deverão também ser implementadas estratégias para denunciar o descumprimento do governo federal no que se refere aos recursos, abertura de concursos e transferência de atribuições do MEC à EBSEH. Nessa linha, estará sendo elaborado dossiê circunstanciado sobre a articulação governamental da união com os estados e municípios visando à imposição dessa organização de cunho privatista. Foi dado realce especial à deliberação do 58º CONAD de propor um ato nacional no Rio de Janeiro, articulado com outras entidades da educação e o movimento estudantil, quando for pautada a discussão da adesão à EBSEH no Estado do Rio de Janeiro, que concentra a maior rede de hospitais públicos no Brasil. O movimento docente mantém-se, assim, alerta e firme na defesa desse patrimônio que pertence ao povo brasileiro e que não pode ser entregue à sanha de grupos a serviço de uma política de Estado descompromissada com os interesses da maioria da população brasileira.
- No que se refere aos aposentados, foi aprovado que o ANDES-SN intensifique a luta em defesa dos direitos de aposentadoria dos docentes para recuperar a

integralidade e a paridade entre aposentados e ativos; da mesma forma, que busque incluir os docentes em projetos de leis que disponham sobre a equiparação do posicionamento de aposentados e pensionistas às tabelas remuneratórias dos servidores da ativa.

- Também foi deliberado pelo 58º CONAD que o ANDES-SN atue na defesa do preceito constitucional de garantia do direito à redução da contagem de tempo, a título de aposentadoria, de servidores públicos que exercem atividades em situações penosas, insalubres ou perigosas.
- Na discussão sobre os setores, o 58º CONAD deliberou que as seções sindicais intensifiquem a mobilização para acompanhar junto às Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais as discussões sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) e referendou a realização do XI Encontro Nacional das IEES/IMES, que acontecerá em Brasília, nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2013.
- O 58º CONAD reafirmou a necessidade de dar continuidade à luta política do ANDES-SN como legítimo representante dos docentes das IPES. Além disso, voltou a enfatizar a denúncia das condições de trabalho dos docentes das IPES, assim como que se envidem esforços para a construção de um conjunto de diretrizes que contemple uma proposta de piso salarial e de regulamentação da jornada de trabalho para os docentes das IPES. Ratificou, igualmente, a realização do Encontro Nacional das IPES em novembro de 2013.
- Para os docentes do Setor das IFES, no plano geral, o 58º CONAD deliberou: dar continuidade às lutas articuladas conjuntamente com os demais SPF e no âmbito do Espaço de Unidade de Ação; fortalecer a CNESF como espaço de articulação estratégica dos SPF, no Fórum Nacional de Entidades dos SPF, e intensificar as lutas pela anulação da reforma da previdência e o enfrentamento ao FUNPRESP. Deliberou, também, que seja proposto à CNESF e ao Fórum Nacional das Entidades dos SPF que o balanço da Campanha 2013 e a construção articulada de pauta e agenda de lutas para 2014 sejam realizados ainda neste ano, de forma que já seja possível deslançar a campanha no mês de janeiro/2014.
- No que se refere à pauta específica dos docentes do Setor das IFES, o 58º CONAD, dentre outros pontos, deliberou: dar continuidade à luta pela ampliação do quadro de professores efetivos das instituições federais de ensino; por infraestrutura de funcionamento adequada; pela democracia efetiva e respeito à autonomia da universidade; contra a precarização do trabalho docente; pelo projeto de carreira única do ANDES-SN. Também deliberou atuar nas universidades em defesa da autonomia universitária, com democracia e financiamento público das IFEs, tendo com parâmetros os fundamentos e as propostas contidas na “Proposta do Andes para a universidade brasileira”, na “Agenda para a Educação Superior: uma proposta para o Brasil de Hoje” e no elenco de projetos que visam à garantia de financiamento público e a democracia “Educação Superior: uma proposta para enfrentar a crise”.
- A agenda de atividades para os docentes das IFES no 2º semestre de 2013 mereceu destaque nas discussões do 58º CONAD dando ênfase para o Seminário Estado e Educação sobre a política para os CAP; para a atuação necessária junto aos parlamentares durante a tramitação da MP 614/13, em defesa da nossa proposta de carreira e por abertura de negociações com o Poder Executivo; para o lançamento nacional da II edição da Revista Dossiê Nacional – Precarização

das Condições de Trabalho nas IFE, síntese das condições reais propiciada pela política governamental da expansão universitária.

- Essas deliberações reafirmam que o ANDES-SN não abre mão igualmente da representação de todos os docentes dos três setores e continuará os esforços para fazer avançar os princípios de autonomia e democracia que têm orientado a existência do nosso Sindicato.
- No âmbito interno, o 58º CONAD aprovou a prestação de contas de 2012 do Sindicato e a previsão de gastos para 2014, a demonstrar o esforço contínuo de sustentação das lutas dos docentes articulados com o conjunto dos trabalhadores brasileiros, particularmente com a CSP-Conlutas, nossa Central combativa, na perspectiva de um novo patamar de sociedade.
- Com esse propósito, o 58º CONAD aprovou o seu calendário de lutas para o 2º semestre de 2013, com ênfase especial em duas datas: 1) o dia 6 de agosto – Dia Nacional de Atos nos Estados e no DF contra o PL 4330 sobre terceirização; 2) Dia 30 de agosto – Dia Nacional de paralisações, manifestações e greves – convocado pelas Centrais Sindicais.

O 58º CONAD prestou uma homenagem ao companheiro de lutas Edmundo Fernandes Dias, dando o seu nome ao espaço de discussão na sede do Sindicato, para marcar de forma simples e direta a lembrança histórica que a sua presença evoca e deixar marcado que o seu trabalho e o seu esforço de construção ficam como legados para o Sindicato e para aqueles que o constroem.

O 58º CONAD cumpriu o seu papel de conselho fiscal e a tarefa designada pelo 32º Congresso de atualizar o plano de lutas para todos os docentes organizados na base do ANDES-SN. Todas as suas resoluções referendam e aprofundam as tarefas que lhe foram designadas. O 58º CONAD, neste momento em que as lutas no Brasil recrudescem com o povo nas ruas, tem claro qual é o papel dos docentes: ampliar os nossos esforços na defesa de uma organização sindical autônoma e classista com o conjunto dos trabalhadores; aprofundar nossa relação política com todos os professores; implementar nossa luta pelo avanço contínuo de nossas propostas de luta, pela educação, saúde, direitos do trabalho, ciência e tecnologia expressos no plano de lutas do Sindicato.

Santa Maria, 21 de julho de 2013.

## Moções

### Moção 1

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatário(s):** Governadores Estaduais, Movimentos Sociais e CSP-Conlutas, Secretaria Especial de Direitos Humanos

**Fato Motivador da Moção:** o governo brasileiro, em atendimento às exigências internacionais, gastou algo em torno de 58 milhões na aquisição de equipamentos “antimotim” para a instrumentalização da coerção às manifestações populares de repúdio aos megaeventos. Em todas as capitais, um duro processo de repressão vem sendo imposto aos manifestantes, à classe trabalhadora e às comunidades precarizadas nos entornos dos locais dos megaeventos. Nesse mesmo tom, segue em curso no Congresso Nacional – relator o senador Romero Jucá (PMDB-RR) – um projeto de lei que enquadra como terrorismo qualquer manifestação popular durante os megaeventos – Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. Ademais, da mesma forma, o aparato policial do Estado vem sendo também utilizado para proteger cerimônias particulares e reprimir manifestações populares que denunciam esses abusos adotados pelas autoridades de forma antidemocrática.

### MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados presentes ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, repudiam veemente o quadro de violências e repressão de Estado – Força Nacional de Segurança, Polícia Federal, Polícia Militar (principalmente), Guardas Municipais – impostos durante as manifestações ocorridas recentemente em todo o Brasil. A truculência e a criminalização com que o aparato repressivo de Estado vem agindo frente à luta democrática em defesa da garantia de direitos básicos da população - sobretudo educação, saúde e mobilidade urbana - evidenciam um panorama político e social que confirma a agudização das contradições sociais e o irrestrito compromisso dos governos, em suas três esferas, com os projetos voltados para o capital.

Os docentes reafirmam o seu repúdio a esse quadro intolerável de violências e à criminalização dos movimentos sociais, declaram-se intransigentemente em defesa da livre manifestação e da luta dos trabalhadores e da população em prol de uma vida digna.

### Moção 2

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatário(s) e Endereços:**

À Embaixada da República Argentina

Ao Conselho Superior e à Secretaria Geral da Universidade de Buenos Aires

(consejosup@rec.uba.ar; secgral@rec.uba.ar)

À Conaduh (Argentina) ([ileanacelotto@yahoo.com.ar](mailto:ileanacelotto@yahoo.com.ar); [nhcorrea12@gmail.com](mailto:nhcorrea12@gmail.com))

À Comissão de Professores e Pesquisadores da Universidade de Buenos Aires e à Associação Gremial Docente da UBA (AGD-UBA) ([noalcesededocentesenlauba@yahoo.com.ar](mailto:noalcesededocentesenlauba@yahoo.com.ar))

À CSP-Conlutas ([secretaria@cspconlutas.org.br](mailto:secretaria@cspconlutas.org.br))

À Red Europea de Sindicatos Alternativos y de Base ([alex\\_950@yahoo.it](mailto:alex_950@yahoo.it)) – Union Syndicale Solidaires ([mahieux@solidaires.org](mailto:mahieux@solidaires.org))

**Fato Motivador da Moção:** descumprimento da Lei 26508, que permite ao(à) professor(a) optar pela aposentadoria ou não aos 65 anos; Universidade de Buenos Aires – UBA desconhece a Lei e obriga professores e professoras à aposentadoria compulsória.

## **MOÇÃO**

### **Não à aposentadoria compulsória na UBA**

Os delegados ao 58º CONAD, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, fazem ouvir suas vozes, juntas às de centenas de professores e pesquisadores da América Latina e do mundo todo frente à gravíssima situação que atravessa a Universidade de Buenos Aires (UBA), onde o Reitorado Buenos Aires teima em desconhecer a lei e pretende impor a aposentadoria compulsória a centenas de docentes. Neste momento, mais de 700 professores, e nos próximos meses mais outras centenas de professores, encontram-se perante a ameaça direta de serem demitidos de seus cargos pela Reitoria da UBA, em um ato ilegal, brutal e arbitrário que agride suas condições de vida e que, além disso, constitui um ato de aberta destruição da Universidade Pública. Faz três anos, os docentes universitários argentinos conquistaram, depois de árduo reclamo e mobilização, a Lei de Aposentadoria para os Docentes e Pesquisadores por votação unânime do Congresso Nacional. No fundamental, a lei estabelece um salário equivalente a 82% da última remuneração para o colega que se aposentar (antes não chegava a 50%) e a atualização do mesmo seguindo o salário dos docentes ativos. Estabelece também o direito de os docentes e pesquisadores de, ao atingir os 65 anos de idade, optarem por continuar em suas tarefas até os 70 anos. Este direito permite, por um lado, que muitos docentes, perseguidos pela ditadura, alcancem o tempo de serviço para aceder à aposentadoria; e, por outro, preservar na Universidade Pública cátedras, equipes, projetos e saberes de seus mais destacados e experimentados integrantes.

As autoridades da Universidade de Buenos Aires são as únicas que não aplicam a lei no país impondo a aposentadoria compulsória a todo docente ou pesquisador que chegue aos 65 anos. Uma política de ajuste e de mercantilização encoberta pelo argumento da autonomia, conquista da Reforma Universitária de 1918, obtida justamente para garantir a mais ampla vida democrática no interior da Universidade e vinculá-la ao progresso social. A comunidade universitária da UBA encontra-se massivamente mobilizada para impedir o desrespeito aos direitos trabalhistas e previdenciários dos docentes e a destruição da Universidade Pública. Reclamamos, portanto, o pleno respeito à Lei 26508 da República Argentina e às normas de aposentadoria e de opção que consagra. Fazemo-lo em defesa dos direitos de docentes e pesquisadores argentinos e da própria Universidade Pública.

### **Moção 3**

**Proponentes:** Suelene Leite Pavão – Delegada da ADUFPA, JOÃO SANTIAGO – Observador da ADUFPA e Rigler – Delegado da seção sindical de Marabá-PA

**Destinatário(s):** Ministro da Educação (MEC) e Reitor da UFPA, Ministério da Cultura/MINC e Secretaria do Audiovisual do governo

**Fato Motivador da Moção:** greve dos estudantes do Curso de Cinema e Audiovisual da UFPA

### **MOÇÃO DE APOIO À GREVE DOS ESTUDANTES DO CURSO DE CINEMA E AUDIOVISUAL DA UFPA**

Desde o dia 3 de julho os estudantes do curso de bacharelado em cinema e audiovisual da UFPA estão em greve. As principais reivindicações dos estudantes, que contam com o apoio de professores e da comunidade, são a conclusão das obras do prédio anexo da Faculdade de Artes Visuais, que faz parte dos acordos do REUNI e está atrasada e sem data para a conclusão; a aquisição imediata de equipamentos (filmadoras, etc), mobiliário, e a realização de concurso público para a contratação de pessoal docente e técnico.

A greve dos estudantes expõe a ineficiência do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que estimulou a expansão precária das universidades brasileiras. Os alunos sofrem na pele as consequências da abertura de

vagas na graduação das universidades federais sem os devidos investimentos para garantir a infraestrutura, contratação de pessoal e educação/formação de qualidade.

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES – SN solidarizam-se e apóiam a justa greve dos estudantes do Curso de Bacharelado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal do Pará e pedem providências imediatas do MEC e do Reitor da UFPA no atendimento das reivindicações.

Santa Maria/RS, 20 de julho de 2013.

#### **Moção 4**

**Proponente:** JOÃO SANTIAGO – Observador da ADUFPA

**Destinatário(s):** Governador do RJ Sérgio Cabral e Secretaria de Segurança do RJ

**Fato Motivador da Moção:** repressão à juventude no Rio de Janeiro

### **MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNADOR SÉRGIO CABRAL PELA REPRESSÃO À JUVENTUDE NO RJ**

Como consequência das Jornadas de Junho, que mobilizaram quase um milhão de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, a juventude e setores do movimento popular continuam um processo de mobilização no Estado do RJ, inclusive tendo como bandeira a renúncia do governador Sérgio Cabral do poder executivo.

Desde o início das mobilizações em junho e até o presente momento, a Polícia Militar do RJ, sob as ordens de Sérgio Cabral, tem tido uma única resposta às justas reivindicações da juventude nas ruas: a repressão descabida e desenfreada, com o uso excessivo de gás lacrimogênio, spray de pimenta e balas de borracha, e a prisão de manifestantes, como visto no episódio do Leblon, na última quarta-feira, onde o ativista do movimento estudantil foi preso de forma arbitrária por estar portando uma faixa com os dizeres “Fora Cabral” e o advogado da OAB, que tentou impedir a prisão, foi imobilizado com spray de pimenta nos olhos pela Polícia Militar.

Contra toda essa truculência e repressão desenfreada da Polícia Militar do RJ às legítimas manifestações e reivindicações da juventude e dos setores populares no Estado, os delegados ao 58º CONAD do ANDES – SN repudiam o governo de Sérgio Cabral do RJ e exigem a liberdade de todos os presos políticos que ainda se encontram nas prisões do Estado do RJ. Também repudiam a oferta da presidente Dilma Rousseff do Exército para ajudar o governador a reprimir as manifestações no RJ.

**TODO APOIO À LUTA DA JUVENTUDE NO RJ!  
NÃO À REPRESSÃO POLICIAL AO MOVIMENTO DE RUA!  
LIBERDADE PARA TODOS OS PRESOS POLÍTICOS DAS MANIFESTAÇÕES!**

#### **Moção 5**

**PROPONENTE:** Ricardo Lucena

**SEÇÃO SINDICAL:** ADUFPB Seção Sindical

**DESTINATÁRIOS:**

- Gabinete da Reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
- Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB)
- Diretório Central dos Estudantes da UFPB (DCE/UFPB)

**ENDEREÇO:** UFPB, Campus I, João Pessoa/PB.

**FATOR MOTIVADOR DA MOÇÃO:** A greve deflagrada recentemente pelos discentes do Campus IV da UPB e a situação precária do Campus IV com o não cumprimento, por parte da reitoria da UFPB, da

entrega do prédio e efetivo funcionamento do Restaurante Universitário (RU) e da Moradia Estudantil à comunidade do Campus IV.

### **MOÇÃO DE APOIO**

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, **manifestam total e irrestrito APOIO à comunidade acadêmica do Campus IV - Litoral Norte**, da UFPB e também reiteram que a oferta de RU e moradia estudantil fazem parte das conquistas históricas dos estudantes e servidores técnicos e docentes, e são elementos importantes para uma política de acesso e permanência na universidade pública, gratuita e de qualidade por que tanto lutamos.

#### **Moção 6**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatário(s):** ao reitor da Unesp e Conselho Universitário da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Conselho de reitores

**Endereço(s):**

**Fato Motivador:**

#### **Moção de Repúdio**

Os delegados presentes ao 58º CONAD, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam seu repúdio ao uso de força policial para desalojar os estudantes que ocuparam o prédio da Reitoria da Unesp em São Paulo, depois foram levados à delegacia, submetidos a constrangimentos e estão sob ameaça de sindicância e processo administrativo.

Repudiamos veementemente qualquer atitude truculenta que se assemelhe ao período da ditadura militar e que responda com violência ou trate reivindicação de direitos como questão de polícia.

Reconhecemos e apoiamos o direito dos estudantes a uma política de permanência estudantil, a restaurante universitário, à moradia estudantil, a lutar contra o Programa de Inclusão Social por Mérito dos Estudantes de São Paulo, pela regularização das bolsas que estão em atraso e pela paridade no voto.

#### **Moção 7**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatário(s) e Endereços:** CPS-Conlutas, Ministério das Minas e Energias, ao Deputado Homero Pereira (PSD/MT) autor do projeto.

### **MOÇÃO**

Os delegados ao 58º CONAD, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam-se radicalmente contrários ao Projeto de Lei Complementar 227/2012 (Código de Mineração), incorporando a PEC 215, que permite legalizar latifúndios, assentamentos rurais, cidades, estradas, hidrelétricas e projetos de mineração em terras indígenas, e sua votação em regime de urgência, tendo em vista: 1. o ataque ao território e o direito das comunidades tradicionais; 2. a exclusão da sociedade civil e movimentos sociais no debate da questão; 3. o processo de privatização dos recursos naturais, capitaneado pelo governo federal, atendendo ao projeto do capital, em detrimento das necessidades e direitos da população; 4. a votação em caráter de urgência do projeto de lei, para atender as demandas das grandes empresas mineradoras, desconsiderando completamente o valor social da terra, os direitos históricos dos povos originais, e os direitos dos trabalhadores do setor de mineração.

## **Moção 8**

**Proponente(s):** Delegação da Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN no 58º CONAD

**Destinatário(s):** Prof. Valdo José Cavallet - Diretor do Setor Litoral da UFPR

**Endereço(s) do(s) destinatário(s):** R. Jaguariaíva, 512 - Caiobá - Matinhos (PR) CEP: 83260-000

### **Com cópia para:**

Prof. Aloizio Mercadante  
Ministro de Estado da Educação  
Esplanada dos Ministérios, Bl. “L” 8º Andar - Gabinete  
70047-900 - Brasília - DF

Prof. Zaki Akel Sobrinho  
Reitor da Universidade Federal do Paraná  
Rua XV de Novembro, 1299  
CEP 80060-000 – Curitiba - PR

### **Fato Motivador da Moção:**

Em 2004, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) criou o campus Litoral, sediado no município de Matinhos – PR, com suas atividades de ensino se iniciando no segundo semestre de 2005. Em 2007, o campus foi transformado no Setor Litoral da UFPR, com representação nos Conselhos Superiores da Universidade.

Entretanto, desde a sua criação, essa unidade da UFPR apresentou carência na infraestrutura necessária às atividades propostas, problemas em seu projeto pedagógico e, num primeiro momento, a inexistência de projetos pedagógicos de seus cursos, falta de um regimento que regulasse efetivamente a vida administrativa e acadêmica do corpo docente, e descumprimento sistemático de normativas da UFPR, em particular, no tocante à realização do estágio probatório dos docentes.

Este estado de coisas gerou um ambiente acadêmico/administrativo precário propício à existência de situações de assédio moral, contra as quais a Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSind) vem lutando desde 2007, tanto no âmbito político e administrativo da UFPR quanto no judiciário. Em 2009 e 2010, a diretoria da APUFPR apresentou denúncia à administração da Universidade e à comissão de ética da mesma sobre as irregularidades e a existência de práticas de assédio moral.

No dia 5 de junho de 2013, a diretoria da APUFPR-SSind esteve em audiência com a administração da UFPR na qual discutiu o andamento das conquistas das greves de 2011 e 2012, oriundas da pauta local, dentre as quais a questão da não realização regular dos processos de avaliação de estágio probatório dos docentes, que, pelas normas em vigor na UFPR, são de responsabilidade da direção do Setor, e a questão da continuidade da ocorrência de situações de assédio moral no Setor Litoral. Como decorrência dessa audiência, a Reitoria determinou que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas procedesse à realização da avaliação de estágio probatório de quarenta docentes que não tiveram os seus processos de avaliação realizados pela direção do Setor Litoral.

No dia 12 de julho de 2013, cerca de 30 docentes do Setor Litoral, juntamente com a diretoria da APUFPR-SSind., participaram de audiência com a Reitoria da UFPR com o objetivo de requerer medidas administrativas urgentes para solucionar os graves problemas que acontecem

no Setor Litoral. Na audiência, os docentes expuseram as diversas situações de assédio moral e irregularidades a que estão submetidos. A APUFPR-SSind produziu um vídeo documentando vários desses relatos, que está disponibilizado em sua página web. A partir desta movimentação, a APUFPR-SSind requereu formalmente providências da administração, que levou o assunto à discussão em sessão extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão realizada em 19 de julho de 2013, que deliberou criar uma Comissão Especial para apurar os fatos e propor soluções.

Para a APUFPR-SSind está claro que todo esse estado de coisas, que vem se agravando ao longo dos anos, decorre das ações irresponsáveis e incompetentes da direção do Setor Litoral e da sua recorrente negativa em cumprir as normativas da UFPR e os prazos impostos nos procedimentos, atentando, portanto, aos princípios democráticos de funcionamento da instituição.

### **MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE**

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam sua solidariedade com os docentes da Universidade Federal do Paraná lotados no Campus Litoral pela luta empreendida para a garantia de seus direitos enquanto servidores públicos federais e contra as situações de assédio moral sofridas por esses docentes.

#### **Moção 9**

**Proponente(s):** Delegação da Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN no 58º CONAD

**Destinatário(s):** Prof. Valdo José Cavallet - Diretor do Setor Litoral da UFPR

**Endereço(s) do(s) destinatário(s):** R. Jaguariaíva, 512 - Caiobá - Matinhos (PR) CEP: 83260-000

#### **Com cópia para:**

Prof. Aloizio Mercadante  
Ministro de Estado da Educação  
Esplanada dos Ministérios, Bl. “L” 8º Andar - Gabinete  
70047-900 - Brasília - DF

Prof. Zaki Akel Sobrinho  
Reitor da Universidade Federal do Paraná  
Rua XV de Novembro, 1299  
CEP 80060-000 – Curitiba - PR

#### **Fato Motivador da Moção:**

Em 2004, o Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná (UFPR) criou o campus Litoral, sediado no município de Matinhos – PR, com suas atividades de ensino se iniciando no segundo semestre de 2005. Em 2007, o campus foi transformado no Setor Litoral da UFPR, com representação nos Conselhos Superiores da Universidade.

Entretanto, desde a sua criação, essa unidade da UFPR apresentou carência na infraestrutura necessária às atividades propostas, problemas em seu projeto pedagógico e, num primeiro momento, a inexistência de projetos pedagógicos de seus cursos, falta de um regimento que regulasse efetivamente a vida administrativa e acadêmica do corpo docente, e descumprimento

sistemático de normativas da UFPR, em particular no tocante à realização do estágio probatório dos docentes.

Este estado de coisas gerou um ambiente acadêmico/administrativo precário propício à existência de situações de assédio moral, contra as quais a Associação dos Professores da UFPR – Seção Sindical do ANDES-SN (APUFPR-SSind) vem lutando desde 2007, tanto no âmbito político e administrativo da UFPR quanto no judiciário. Em 2009 E 2010, a diretoria da APUFPR apresentou denúncia à administração da Universidade e à comissão de ética da mesma sobre as irregularidades e a existência de práticas de assédio moral.

No dia 5 de junho de 2013, a diretoria da APUFPR-SSind esteve em audiência com a Administração da UFPR na qual discutiu o andamento das conquistas das greves de 2011 e 2012, oriundas da pauta local, dentre as quais a questão da não realização regular dos processos de avaliação de estágio probatório dos docentes, que, pelas normas em vigor na UFPR, são de responsabilidade da direção do Setor, e a questão da continuidade da ocorrência de situações de assédio moral no Setor Litoral. Como decorrência dessa audiência, a Reitoria determinou que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas procedesse à realização da avaliação de estágio probatório de quarenta docentes que não tiveram os seus processos de avaliação realizados pela direção do Setor Litoral.

No dia 12 de julho de 2013, cerca de 30 docentes do Setor Litoral, juntamente com a diretoria da APUFPR-SSind., participaram de audiência com a Reitoria da UFPR com o objetivo de requerer medidas administrativas urgentes para solucionar os graves problemas que acontecem no Setor Litoral. Na audiência, os docentes expuseram as diversas situações de assédio moral e irregularidades a que estão submetidos. A APUFPR-SSind produziu um vídeo documentando vários desses relatos, que está disponibilizado em sua página web. A partir desta movimentação, a APUFPR-SSind requereu formalmente providências da administração, que levou o assunto à discussão em sessão extraordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão realizada em 19 de julho de 2013, que deliberou criar uma Comissão Especial para apurar os fatos e propor soluções.

Para a APUFPR-SSind está claro que todo esse estado de coisas, que vem se agravando ao longo dos anos, decorre das ações irresponsáveis e incompetentes da direção do Setor Litoral e da sua recorrente negativa em cumprir as normativas da UFPR e os prazos impostos nos procedimentos, atentando, portanto, aos princípios democráticos de funcionamento da instituição.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam seu repúdio à direção do Setor Litoral da UFPR pela não realização dos procedimentos de avaliação de estágio probatório dos docentes lotados naquela unidade, ferindo o direito dos docentes à estabilidade no serviço público federal e pelas ações que caracterizam assédio moral contra docentes do Setor Litoral.

### **Moção 10**

**Proponente(s):** Neila Nunes de Souza (delegada da SESDUFT)

**Seção Sindical:** SESDUFT (Seção Sindical dos Docentes da UFT)

**Destinatário(s):** Governador do Estado do Tocantins, Secretário de Educação do estado do Tocantins, Ministro da Educação, Reitor da Universidade Federal do Tocantins, Presidente da Assembleia Legislativa; Diretor da Escola, Prefeito de Arraias.

**Fato Motivador da Moção:** fechamento da Escola Estadual Agrícola David Aires França no município de Arraias/TO.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, manifestam repúdio ao fechamento da Escola Estadual Agrícola David Aires França no Município de Arraias - TO.

Considera-se grave a situação das ações do governo do Estado do Tocantins, que já entregou para uma multinacional a Escola Agrícola no Município de Pedro Afonso, e outra no município de Natividade, que foi remanejada para a pasta da Secretaria de C& T.

Desde o início do ano, os docentes e alunos da Escola Agrícola de Arraias estão na luta almejando barrar o fechamento da escola, que era previsto para acontecer neste mês de julho, mas foi prorrogado para o final do ano.

Importante dizer que essa escola tem 25 anos de existência, única na região a oferecer o curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, com regime de internato, onde *“os alunos exercitam na prática o que aprendem na teoria, ou seja, aprendem a fazer fazendo porque a escola dispõe de laboratório próprio para as práticas das atividades agropecuárias, além da formação humana, condições que a intensa convivência proporciona.”*

São mais de 200 alunos, filhos de trabalhadores rurais, residentes nos distantes sertões do município de Arraias. O fechamento da escola, como propõe o governo do estado do Tocantins, através da Secretaria de Educação, implica mais alunos distantes da escola, a quem são negados o direito constitucional à educação, vendo este direito de estudar ser retirado de forma acintosa e antidemocrática.

**Moção 11 – Rejeitada**

### Moção 12

**Proponente(s):** Delegação da Adufpel no 58º CONAD

**Seção Sindical:** ADUFPEL

**Destinatário(s):** Reitoria da Universidade Federal de Pelotas e Conselho Universitário

**Endereço(s) do(s) destinatário(s):** Gomes Carneiro, nº 01

**Cidade:** Pelotas-RS, **Cep.:** 96100-010 **e-mail:** [reitor@ufpel.edu.br](mailto:reitor@ufpel.edu.br)

**Fato Motivador da Moção:** Encaminhamentos da reitoria para a adesão à EBSEH, de modo aligeirado e autoritário.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado de 18 a 21 de julho de 2013, em Santa Maria/RS, manifestam repúdio ao andamento dado pela reitoria da UFPel em direção à assinatura de convênio com a EBSEH com vistas à transferência da responsabilidade da gestão do Hospital Escola (HE) para a mesma, sem possibilitar sequer o necessário debate na comunidade. Ao final da gestão da UFPel do período 2008-2012, o então reitor constrangeu o CONSUN para a aprovação liminar, em desrespeito ao estatuto da Universidade, da adesão à empresa, além de constituir uma comissão para proceder a um diagnóstico da situação do HE naquela instituição. Posteriormente, o novo reitor, empossado no início de 2013, reformulou a referida comissão dando sequência ao processo de elaboração de diagnóstico situacional, em flagrante descompasso com sua proposta de campanha eleitoral de ampliar o debate interno e de efetuar plebiscito antes da deliberação sobre adesão à EBSEH. A atual administração promoveu, num prazo exíguo, a eleição para a nova direção do HE da UFPel – cuja legalidade está sendo questionada judicialmente – e vem trabalhando na perspectiva de aprovação da

construção de um novo HU, com caráter regional, mas vinculado também à contratualização com a EBSEH. Neste sentido, **manifestamos nosso repúdio em relação à falta de transparência e de debate democrático com a comunidade universitária e demais setores sociais envolvidos sobre a adesão à EBSEH pela UFPel.**

### **Moção 13**

**Proponentes:** Delegações da ADUFRJ-SSIND e da ADUFF-SSIND

**Destinatários e Endereços:** Governador do Estado do RJ (Palácio Guanabara, rua Pinheiro Machado, s/nº, Laranjeiras/RJ); Secretário de Segurança Pública do RJ (Praça Cristiano Ottoni, s/nº, 4º andar, Centro, rio de Janeiro/RJ); Observatório das Favelas (rua Teixeira Ribeiro, nº 535, Ramos/RJ)

**Fato motivador:** violência policial ocorrida nas manifestações no Rio de Janeiro nos meses de junho e julho do ano em curso.

### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

Os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado de 18 a 21 de julho de 2013, repudiam:

i) a bárbara violência institucional do Estado brasileiro (especialmente dos governos federal e estadual), por meio de sua força policial, tanto nas manifestações nas ruas como especialmente diante do exercício sistemático de eliminação dos pobres, tratados como criminosos, tal como ocorreu na Favela da Maré, no Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de junho último. As forças policiais sequer têm respeitado a institucionalidade do Estado de Direito, eis que, nas situações de ocupação das comunidades, agem como polícia, juízes e executores, inclusive de pena de morte. "Estado que Mata, nunca mais!";

ii) a violência seletiva dirigida aos partidos de esquerda e movimentos sociais e às organizações de trabalhadores que tiveram seus militantes brutalmente atacados pelo simples fato de portarem suas bandeiras e defenderem seus direitos de livre organização, nas últimas manifestações de rua.

Manifestamos nosso profundo apoio e solidariedade a todos os que foram vítimas desta violência praticada pelo Estado e seus agentes.

### **Moção 14**

**Proponente:** Raphael Góes Furtado

**Seção Sindical:** Adufes

**Destinatários e Endereços:** Governador do ES, Renato Casagrande; Presidente da Assembleia Legislativa do ES, Theodorico de Assis Ferraço; Presidente do TJES, Pedro Vals Feu Rosa e CSP-Conlutas

### **Moção Contra a Repressão e Criminalização dos Movimentos Sociais no ES**

Assim como todo o país, o estado do Espírito Santo vive desde o início do mês de junho um clima de intensa mobilização popular motivada pela luta por direitos. Sendo assim, nesse período diversas atividades têm ocorrido no sentido de garantir o debate, a organização e a expressão dos anseios populares. Os mais variados segmentos da sociedade têm se organizado

por meio de assembleias populares horizontais, grupos de discussão pela internet e tomado as ruas por meio de grandes atos que marcam o ascenso da participação popular na vida política do Estado. Outras formas de manifestação também ocorreram nesse período como, por exemplo, a ocupação da Assembleia Legislativa do estado, que ocorreu após os deputados manobrem no sentido de evitar a votação de um decreto parlamentar que trazia a possibilidade do fim de um pedágio abusivo cobrado na ponte que liga os municípios de Vitória e Vila Velha.

Desde as primeiras manifestações populares, entretanto, salta aos olhos a discrepância existente entre o anseio popular de ter suas demandas ouvidas, respeitadas e atendidas e a contrapartida dada pelas autoridades, sobretudo pelo governo do Estado. Em todos os atos de rua, o povo vem sofrendo com o uso desproporcional de força na ação policial, que é sustentada por um discurso de criminalização das movimentações populares criado pelo Estado e veiculado pela imprensa parcial e comprometida com o governo e com os grandes grupos capitalistas do ES. Durante o período da ocupação da Assembleia Legislativa, a violência tomou contornos de terrorismo psicológico, gerado pelas pressões e ameaças constantes de reintegração de posse e uso de força policial. É lamentável o nível de violência criada pelo Estado. No dia 15/07 pessoas foram impedidas de assistirem a uma sessão plenária e expulsas da frente da assembleia com bombas e balas de borracha, gerando vários feridos. Para agravar a situação, no dia 19/07 a ação da polícia, além de agredir e humilhar indiscriminadamente as pessoas que estavam no centro da capital após um ato marcado pelo uso excessivo da força, terminou por levar dezenas de pessoas a se tornarem presos políticos. Muitos, inclusive, somente por estarem passando pelas ruas do centro da cidade, por morarem ou trabalharem ali.

Diante desses fatos, os delegados ao 58º CONAD do ANDES-SN, realizado em Santa Maria/RS, de 18 a 21 de julho de 2013, repudiam veementemente a criminalização dos movimentos populares, a violência praticada pelo Estado e a falta de diálogo com a sociedade estabelecida pelo governador Renato Casagrande. Somos solidários ao sofrimento das famílias dos presos políticos. Pela liberação imediata de todos os presos políticos e pela devida apuração de todos os excessos praticados pela polícia! Pela pronta abertura de efetiva negociação com os manifestantes!